



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CAMPUS LIVRAMENTO - PB
CENTRO CAMPINA GRANDE - PB
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL MODALIDADE A DISTÂNCIA**

JOSÉ FAGNER BARBOSA ALVES

**UMA ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DAS PREFEITURAS DO CARIRI
OCIDENTAL NO CONTEXTO PRÉ E PANDÊMICO.**

LIVRAMENTO - PB
2022

JOSÉ FAGNER BARBOSA ALVES

**UMA ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DAS PREFEITURAS DO CARIRI
OCIDENTAL NO CONTEXTO PRÉ E PANDÊMICO.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação / Departamento do Curso Pós Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal, modalidade a distância, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Me. Wilton Alexandre de Melo.

LIVRAMENTO - PB
2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A474a Alves, José Fagner Barbosa.
Uma análise das receitas e despesas das prefeituras do cariri ocidental no contexto pré e pandêmico [manuscrito] / José Fagner Barbosa Alves. - 2022.
19 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2023.
"Orientação : Prof. Me. Wilton Alexandre de Melo, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE. "
1. Gestão pública. 2. Receita pública. 3. Despesa pública.
4. Pandemia. I. Título

21. ed. CDD 351

JOSÉ FAGNER BARBOSA ALVES

**UMA ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DAS PREFEITURAS DO CARIRI
OCIDENTAL NO CONTEXTO PRÉ E PANDÊMICO.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação / Departamento do Curso Pós Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal, modalidade a distância, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Área de Concentração: Gestão Pública

Aprovada em: 13/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Wilton Alexandre de Melo

Prof. Me. Wilton Alexandre de Melo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Mauricéia Carvalho Nascimento

Profa. Me. Mauricéia Carvalho Nascimento
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Cristiane

Profa. Me. Cristiane Gomes da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. ASPECTOS TEÓRICOS	8
2.1 ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	8
2.2 PANDEMIA DE COVID-19	10
3. ESTUDOS ANTERIORES	12
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
5. RESULTADOS	14
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS	19

UMA ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DAS PREFEITURAS DO CARIRI OCIDENTAL NO CONTEXTO PRÉ E PANDÊMICO.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as receitas e despesas das prefeituras do Cariri Ocidental no contexto pré e pandêmico. Para isso realizou-se uma pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental e abordagem qualitativa dos dados, com consulta aos relatórios de Acompanhamento de Gestão disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. O universo da pesquisa corresponde a 17 municípios que fazem parte do Cariri Ocidental da Paraíba. Para análise dos dados foi utilizada ferramenta da estatística descritiva. Por meio da análise da evolução das receitas e despesas executadas pelas prefeituras, divididas em dois períodos, quais sejam, pré e pandêmico, foi possível verificar que nos dois anos antes que antecederam a pandemia, as prefeituras municipais vinham operando em superávit orçamentário, ou seja, suas receitas superavam as despesas, embora dentro desse recorte de tempo houve uma projeção de queda das receitas e aumento das despesas. No período seguinte, ou seja, onde a pandemia de covid 19 havia chegado, os municípios analisados tiveram que operar num contexto de déficit orçamentário, isso quer dizer que suas despesas superaram as receitas. Conclui-se que no que concerne a execução orçamentária das prefeituras da Microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba com menos de dez mil habitantes tende a operar em déficit orçamentário em períodos de crise econômica.

Palavras-chave: Receitas. Despesas. Superávit. Déficit. Pandemia.

AN ANALYSIS OF INCOME AND EXPENDITURE OF MUNICIPALITIES IN WESTERN CARIRI IN THE PRE AND PANDEMIC CONTEXT.

The present work aimed to analyze the revenues and expenses of the prefectures of Western Cariri in the pre- and pandemic context. For this, a descriptive research was carried out, conducted through documental analysis and qualitative approach of the data, with consultation to the Monitoring of Management reports made available by the Court of Auditors of the State of Paraíba. The research universe corresponds to 17 municipalities that are part of Western Cariri in Paraíba. Descriptive statistics tools were used for data analysis. By analyzing the evolution of revenues and expenses executed by city halls, divided into two periods, namely, pre and pandemic, it was possible to verify that in the two years before the pandemic, city halls had been operating in budget surplus, i.e., its revenues exceeded expenses, although within that period of time there was a projection of a decrease in revenues and an increase in expenses. In the following period, that is, where the covid 19 pandemic had arrived, the municipalities analyzed had to operate in a context of budget deficit, which means that their expenses exceeded their revenues. It is concluded that with regard to the budgetary execution of the prefectures of the Microregion of Western Cariri of Paraíba with less than ten thousand inhabitants, it tends to operate in budget deficit in periods of economic crisis.

Keywords: Recipes. Expenses. Surplus. Deficit. Pandemic.

1. INTRODUÇÃO

Depois do ano de 2020 a humanidade enfrentou um de seus maiores desafios, a chegada de uma nova doença que paralisou a economia de todos os países, no Brasil a situação foi encarada pelas diversas esferas de governo de forma emergencial. A administração pública se viu diante de um de seus maiores desafios, no que se refere a manter a arrecadação, cobrir novas despesas e ainda montar um sistema de logística para que o sistema de saúde chegasse a toda população Sendim et al (2020).

Outra medida restritiva de combate foi o fechamento total ou parcial de comércios e prestação de serviços, atingindo a economia em nível mundial (OIT, 2020). Nesse contexto, os órgãos da Administração Pública foram afetados de maneira direta, já que, a fonte de receitas destes advém das atividades econômicas desenvolvidas pelo mercado, dessa maneira buscou-se saídas emergenciais através de instrumentos legais dos governos para o enfrentamento da crise Sendim et al (2020).

As prefeituras tiveram que se adequar à nova realidade imposta pela crise sanitária e através de orientações, por meio de decretos, buscaram controlar a disseminação da Pandemia de Covid-19 bem como não deixar a população desassistida. Essa questão é ainda mais delicada em pequenos municípios onde as fontes de receitas são escassas, como é o caso das cidades analisadas neste estudo (OLIVEIRA, 2021).

Os municípios do Cariri Ocidental da Paraíba têm suas receitas quase que totalmente advindas de transferências governamentais, asseguradas pela Constituição Federal, e as receitas próprias que estes conseguem arrecadar vem de tributos sob as prestações de serviços, ou sob as propriedades dos cidadãos dentro dos limites de seus territórios. Os governos Federal e Estadual, através das transferências governamentais, são quem financiam quase todo o funcionamento da máquina administrativa dos pequenos municípios, uma vez que estes são carentes de atividades econômicas que gerem riqueza em seus territórios (GALLO, 2020).

As receitas que chegam aos cofres destas cidades dependem do bom andamento da economia do país, o que com a chegada da pandemia ficou extremante comprometida, já que o mercado se viu obrigado a parar suas atividades e os governos a realocarem recursos afim de continuar o funcionamento dos serviços públicos (LIMA; FREITAS, 2020).

Diante da dimensão dos impactos da pandemia de covid-19 no cenário econômico mundial, mais especialmente no âmbito da administração pública, eis que surge o questionamento da presente pesquisa: **como as receitas e despesas das prefeituras do Cariri Ocidental se comportaram no contexto pré e pandêmico?**

Com o intuito de responder à questão de pesquisa, este artigo traçou como objetivo analisar as receitas e despesas das prefeituras do Cariri Ocidental no contexto pré e pandêmico. Para o alcance de tal, serão necessários:

- Verificar o comportamento das receitas e despesas dois anos antes e depois da chegada da pandemia, para efeito de comparabilidade;
- Verificar a evolução das receitas e despesas entre 2018 e 2021;
- Identificar o desempenho orçamentário das prefeituras antes e depois da pandemia.

A realização desse estudo se deu pela relevância do tema no cenário mundial em todas as categorias, principalmente para os governos, uma vez que, houve a necessidade de haver uma mobilização no sentido de manter a arrecadação dos impostos, que fazem a máquina pública funcionar e ao mesmo tempo ofertar ações rápidas e eficazes para a população que demandam mais recursos públicos.

2. ASPECTOS TEÓRICOS

Nesse tópico serão abordados temas relacionados a Administração Pública e suas particularidades, principalmente no que se refere ao sistema de arrecadação municipal, os impactos causados pela chegada da pandemia de covid 19 nas finanças municipais, como também, estudos anteriores que embasam essa pesquisa.

2.1 ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

O Sistema Tributário é um conjunto de regulamentos que se aplica em âmbito arrecadatório específico e devem ser aplicados aos contribuintes. O objetivo principal de qualquer sistema tributário, portanto, é fornecer um nível adequado de receita para pagar pelos serviços públicos prestados ou colocados à disposição do público (VASCONCELOS, 2002).

O Código tributário nacional (CTN), através da Lei nº 5.172 de outubro de 1966 em seu artigo 3º apresenta a definição do tributo, a saber:

“Art. 3º tributo é toda prestação pecuniária compulsória em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituído em lei e cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada (BRASIL, 1966)”

Ou seja, o tributo é obrigatório e não depende da escolha de pagamento do contribuinte, caso este deixar de pagar, o Estado cobrará dele uma série de taxas adicionais além do imposto exigido, bem como privá-lo de alguns benefícios. Dessa forma, existindo um fato gerador do tributo, ou seja, uma atividade econômica que gerou a obrigação, este passa a ser de pagamento obrigatório.

De acordo com a lei, o Estado tem o direito de cobrar impostos, portanto, todas as atividades legais terão suas cobranças de impostos, em contrapartida a sociedade espera receber um retorno de seus pagamentos (VIANA, COSTA, 2019).

Como o poder executivo brasileiro opera em diferentes níveis administrativos: Federal, Estadual e Municipal, cada esfera possui seu poder de tributação e arrecadação específico, isso se deve ao advento da descentralização financeira através da Constituição Federal de 1988, na qual municípios passaram a ter mais autonomia tributária (ABRUCIO E FRANZESE, 2007).

O município é um componente da estrutura político-administrativa da Federação e, como tal, possui autonomia política, administrativa e financeira devidamente regida por suas leis de governo, porém apesar de sua autonomia, existe a dependência de transferências das esferas superiores (POMPERMAIER, 2018).

O Município, como um ente federado, tem expresso na CF no seu art. 145 o poder de tributar por meio das chamadas espécies tributárias, quais sejam, impostos; taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; e por fim, contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

O texto constitucional ainda diz em seu artigo 156 que são de exclusividade dos municípios, os seguintes impostos:

- ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- IPTU - Imposto de Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- ITBI - Imposto de Transmissão Inter Vivos.

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é um tributo de competência dos Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se como uma receita própria, conforme previsto no art 156 da Constituição Federal de 1988. O ISS era tratado pelos arts 71 a 73 do

Código Tributário Nacional (que foram revogados pelo Decreto Lei 406 de 31 de dezembro de 1968. O ISS tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa à LC 116/2003 mesmo nos casos em que tais serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador.

Dessa forma, o ISS configura-se como sendo um imposto que se converte em receita própria, e para os pequenos municípios é de suma importância a arrecadação deste, haja visto a necessidade de caixa para pagamento de despesas corriqueiras. As receitas próprias são provenientes basicamente da competência tributária municipal, a qual apresenta como fatos geradores a prestação de serviços, caso do ISS, a propriedade imobiliária urbana e a transmissão de propriedade imobiliária inter vivos e a cobrança de contribuições de melhoria, taxas e contribuições previdenciárias (MELLO, 1993).

Porém a realidade das prefeituras dos pequenos municípios de regiões pobres do Brasil, as receitas próprias são insuficientes para manter as atividades administrativas. Alguns municípios não são capazes de sustentar financeiramente a população local, demandando recursos advindos dos entes superiores (SOUZA E BLUMM, 1999). Portanto são providas por receitas que advêm de três fontes: as receitas próprias, as transferências constitucionais e legais, e as transferências negociadas ou voluntárias (POSTALI E ROCHA, 2003).

Para Gonçalves (2013) as transferências fiscais intergovernamentais no Brasil representam recursos relevantes ao equilíbrio das finanças públicas dos entes municipais e caracterizam um importante instrumento político no âmbito do federalismo fiscal, Segundo Massardi e Abrantes (2015) em países onde convivem entes subnacionais com maior autonomia, é preciso harmonizar o nível de recursos dessas unidades para que os serviços públicos possam ser oferecidos à população local, diminuindo assim as desigualdades regionais.

Os recursos que entram nos cofres das prefeituras têm algumas finalidades já definidas pela legislação, estes são divididos em receitas correntes e de capital, assim como as despesas que também tem a mesma definição.

O Quadro 1 traz as definições, segundo a Lei nº 4.320/1964, em seus artigos 11 e 12 quanto à categoria econômica das receitas e despesas no âmbito da administração pública.

Quadro 1- Definições de Receita e despesa quanto à categoria econômica

	Receita	Despesa
Corrente	Receita Corrente corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender às despesas classificáveis em despesas correntes. São as que aumentam a disponibilidade, afetando positivamente o Patrimônio Líquido.	Despesas Corrente são aquelas que não têm caráter econômico reprodutivo e são necessárias à execução dos serviços públicos e à vida do ente, sendo assim verdadeiras despesas operacionais. São as realizadas com a manutenção dos equipamentos e com o funcionamento dos órgãos. As Despesas Correntes afetam negativamente o Patrimônio Líquido.
Capital	Receitas de Capital são aquelas que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e não provocam efeito sobre o patrimônio líquido. São exemplos as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas e as receitas da conversão em espécie de bens e direitos.	As Despesas de Capital se referem a gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integram o patrimônio público, ou seja, que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. São exemplos: execução de obras e compra de instalações, equipamentos e títulos representativos do capital de empresas ou de entidades de qualquer natureza.

Fonte: Lei nº 4.320/1964, art. 11 e 12.

Nesse estudo serão utilizados para fins de análise o total das receitas e despesas, corrente e de capital, ou seja, o comportamento da execução destas em contexto anual para verificar como as mesmas se comportam durante o período estudado. A execução das receitas e despesas que vai determinar um resultado ao final de cada exercício, déficit ou superávit. Para entender melhor o conceito desse resultado, vamos recorrer à definição da Agência Senado (2015) e fazer uma analogia deste conceito para os pequenos municípios.

Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, executando gastos com pagamento de juros. O déficit primário ocorre quando esse resultado é negativo. Ambos constituem o "resultado primário". O resultado primário é importante porque indica, segundo o Banco Central, a consistência entre as metas de política macroeconômicas e a sustentabilidade da dívida, ou seja, da capacidade do governo de honrar seus compromissos. A formação de superávit primário serve para garantir recursos para pagar os juros da dívida pública e reduzir o endividamento do governo no médio e longo prazos (AGÊNCIA SENADO, 2015).

No contexto das prefeituras, depois de executadas as receitas e despesas, ao fim do ano o resultado será um superávit, quando as receitas são maiores do que as despesas, e um déficit quando o resultado for o inverso.

2.2 PANDEMIA DE COVID-19

O primeiro caso da pandemia pelo novo coronavírus, foi identificado em Wuhan, na China, no dia 31 de dezembro de 2019. Desde então, os casos começaram a se espalhar rapidamente pelo mundo: primeiro pelo continente asiático, e depois por outros países (BARRETO, 2020). No mês de fevereiro de 2020, a COVID-19, nome dado à doença causada

pelo vírus, chamou a atenção no Irã e na Itália pelo rápido crescimento e de novos casos de mortes. Nesse mesmo mês, o primeiro caso no Brasil foi identificado em São Paulo segundo dados do OPAS/OMS que em março definiu o surto da doença como pandemia.

O impacto da doença, e das medidas de enfrentamento a ela, refletiu também na atividade econômica, que depois de março de 2020 sofreu perdas significativas. O volume dos serviços prestados no Brasil sofreu a maior queda registrada, de 6,9% no mês de março, em comparação ao mês anterior, refletindo os primeiros impactos da pandemia no setor de acordo com dados informados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na indústria, segundo dados de pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV), os segmentos que se mostram mais afetados pela pandemia em março foram petróleo e biocombustíveis (88,3%) e química (61,4%), com a indústria e o comércio praticamente parados, há poucas dúvidas de que o Brasil entrará em recessão neste ano (TORRENTE, 2020).

Sendo o isolamento social uma das principais medidas de controle de contaminação da doença, que consistiu no fechamento total ou parcial do comércio e prestações de serviços através de decretos governamentais, capacidade de pagamento de grandes e pequenas empresas ficou comprometida, o que afetou de forma significativa também o setor bancário. Os três maiores bancos privados brasileiros (Itaú Unibanco, Bradesco, Santander) viram o resultado do primeiro trimestre de 2020 regredir em mais de 5 bilhões em relação ao ano anterior, com o impacto previsto com a inadimplência causadas pela pandemia (BRONZATI, 2020).

O impacto na economia é evidente, a produção mundial diminuiu, como também as vendas no varejo e, diante de um quadro de menor circulação de riquezas, os investimentos se retraem (LAGE, 2020).

Em todo esse contexto de crise, o setor público sofreu grandes impactos, uma vez que as suas principais fontes de receitas advêm das atividades econômicas desenvolvidas no país. Com esse panorama, os governos buscaram maneiras de restringir alguns serviços prestados à população, por meio de decretos governamentais, afim de reduzir as despesas e ao mesmo tempo transferi-las para o setor de saúde. Toda essa dinâmica foi aplicada nos três níveis de governo e os pequenos municípios também tiveram que enfrentar os desafios impostos pela crise mundial (VERSIANI, 2021).

As medidas para a contenção do coronavírus afetaram diretamente a economia, com empresas e lojas fechadas, as pessoas isoladas em casa, os impactos da pandemia se alastram sobre a economia do Brasil. As medidas de restrição à circulação de pessoas e de exercício de atividades econômicas constituem uma das principais frentes de combate à pandemia do coronavírus, permitindo apenas, e com algumas restrições, o funcionamento das atividades consideradas essenciais, trazendo consigo consequências além da diminuição do contágio (NIEBUHR, 2020).

As medidas de restrição afetaram o funcionamento de todas as atividades econômicas e não foi diferente nas pequenas cidades, que tiveram comércios fechados, barreiras sanitárias, e serviços públicos interrompidos. Outro impacto causado aos municípios foi o comprometimento nos repasses intergovernamentais que, sofreram com o desaquecimento das atividades econômicas, por serem repasses constitucionais estes não deixaram de ser enviados aos municípios, porém tiveram uma forte queda (MARCONATO, 2021).

A pandemia da Covid-19 impôs aos pequenos municípios o desafio de manter a população assistida, mesmo com as restrições adotadas e ao mesmo tempo ter em caixa recursos para custear as novas despesas com saúde que a pandemia exigiu, e as transferências intergovernamentais são cruciais para o atingimento de um resultado satisfatório, haja visto que são elas as principais fontes de recursos dos pequenos municípios brasileiros.

3. ESTUDOS ANTERIORES

O tema central dessa pesquisa ainda carece de estudos para avaliação dos impactos que a pandemia de Covid-19 causou nas finanças públicas, mas na literatura recente podemos encontrar alguns estudos que analisaram impactos de curto prazo nas contas públicas.

Vieira et al (2022), ao estudarem os reflexos da pandemia da covid-19 nas finanças públicas de pequenos municípios dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri no Estado de Minas Gerais, analisando as variações nas receitas e nas despesas orçamentárias, no período entre os anos de 2017 a 2020, por meio de dados de prestação de contas do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, da Secretaria de Tesouro Nacional e do Portal da Transparência – Fiscalizando com o TCE-MG, e realizadas entrevistas semiestruturadas com informantes chave para o entendimento das razões para as variações identificadas, os autores concluíram que, de modo geral, no primeiro ano da pandemia (2020) houve a ampliação das receitas dos três municípios obtidas por meio de transferências correntes dos entes federativos superiores.

Este estudo corrobora com o de André (2020), que estudou impacto da pandemia provocada pela Covid-19 na sustentabilidade financeira dos municípios do Rio Grande do Norte, para tal o autor coletou-se dados no site do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro a respeito das receitas orçamentárias totais, das receitas oriundas de impostos e das transferências federais recebidas pelos municípios, que foram segregados em quatro faixas populacionais e em dois recortes temporais: no 1º semestre de 2019 e no 1º semestre de 2020, visando mensurar, por meio da comparabilidade com o ano anterior, as consequências do cenário pandêmico para a dependência federal e para a contribuição dos impostos na receita municipal, e como resultado, obteve que todas faixas se mostraram mais dependentes financeiramente da União no 1º semestre de 2020. Já em relação à arrecadação dos impostos, duas das quatro faixas sofreram queda nessa modalidade de ingressos.

Na mesma linha o estudo realizado por Tedesco (2021), teve o objetivo de avaliar os impactos gerados pela crise econômica decorrente da pandemia global do COVID-19 nas finanças públicas no Município de Serafina Corrêa/RS, e constatou em seus resultados que no ano de 2020 em comparação ao ano anterior, ocorreu aumento nos gastos totais em saúde, aonde, os mesmos foram financiados pelo crescimento dos repasses intergovernamentais, principalmente por parte do Governo Federal, uma vez que a aplicação de recursos próprios em saúde diminuíram no exercício de 2020, quando comparados a outros exercícios contábeis.

No que concerne ao ISS, Antunes (2021) realizou um estudo sobre o impacto da pandemia nas finanças públicas, utilizando como referência a arrecadação do imposto sobre serviços (ISSQN) no exercício de 2020, ano que iniciou o período pandêmico, o autor realizou uma comparação dos valores de 2020 com os três exercícios imediatamente anteriores atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), chegando a conclusão de que o impacto em 2020 não foi significativo nas finanças públicas, o qual houera uma arrecadação de ISSQN geral do estado com uma variação de 0,74% positiva em relação a 2019.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se classifica como descritiva, por ser conduzida por meio de procedimentos documentais e abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever determinada característica ou fenômeno, como também, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2009). Também é uma pesquisa documental, por ter utilizado fonte de dados primários, que conforme Andrade (2009) são documentos que ainda não foram

utilizados em nenhum estudo, no caso deste trabalho foram utilizados dados dos Relatórios de Acompanhamento de Gestão de cada Prefeitura estudada, através do portal do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, onde estão disponibilizados relatórios completos de toda execução orçamentária dos entes disponibilizados anualmente.

Este estudo utilizou-se da análise estatística descritiva que tem o objetivo de auxiliar na análise do comportamento dos dados provenientes de uma população ou de uma amostra. Para tanto, foi utilizada a ferramenta de média aritmética, que dentro da estatística é um tipo de medida de tendência central por indicar um ponto em torno do qual se concentram os dados (GUEDES et. al., 2012).

A população utilizada nesta pesquisa foram dezessete municípios que fazem parte da Microrregião do Cariri Ocidental do Estado da Paraíba, localizada no semiárido brasileiro, composto pelas cidades de Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê. Para compor a amostra da pesquisa, exclui-se os municípios com mais de dez mil habitantes, por terem orçamentos superiores as demais, podendo interferir nos resultados, dessa maneira foram excluídas quatro prefeituras. Das demais cidades que possuem populações abaixo de dez mil habitantes e orçamentos semelhantes, sete também foram excluídas da amostra, por não apresentarem dados suficientes. Das cidades utilizadas para amostra, apenas seis continham todas as informações suficientes para análise, são elas: Amparo, Assunção, Camalaú, Livramento, Parari e São José dos Cordeiros, dessa forma amostra da pesquisa foi constituída por 46% (quarenta e seis por cento) da população. Beuren (2012, p. 120) define amostra como “uma pequena parte da população ou do universo selecionada em conformidade às regras”.

A Tabela 1 demonstra a composição da amostra que será utilizada neste estudo.

Tabela 1 – Amostra da pesquisa

PAINEL A: Composição da amostra da pesquisa.

Cidades/município	17
(-) Com mais de 10 mil habitantes.	(4)
(-) Dados ausentes/insuficientes para o cálculo.	(7)
Total de Cidades/ Municípios	6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

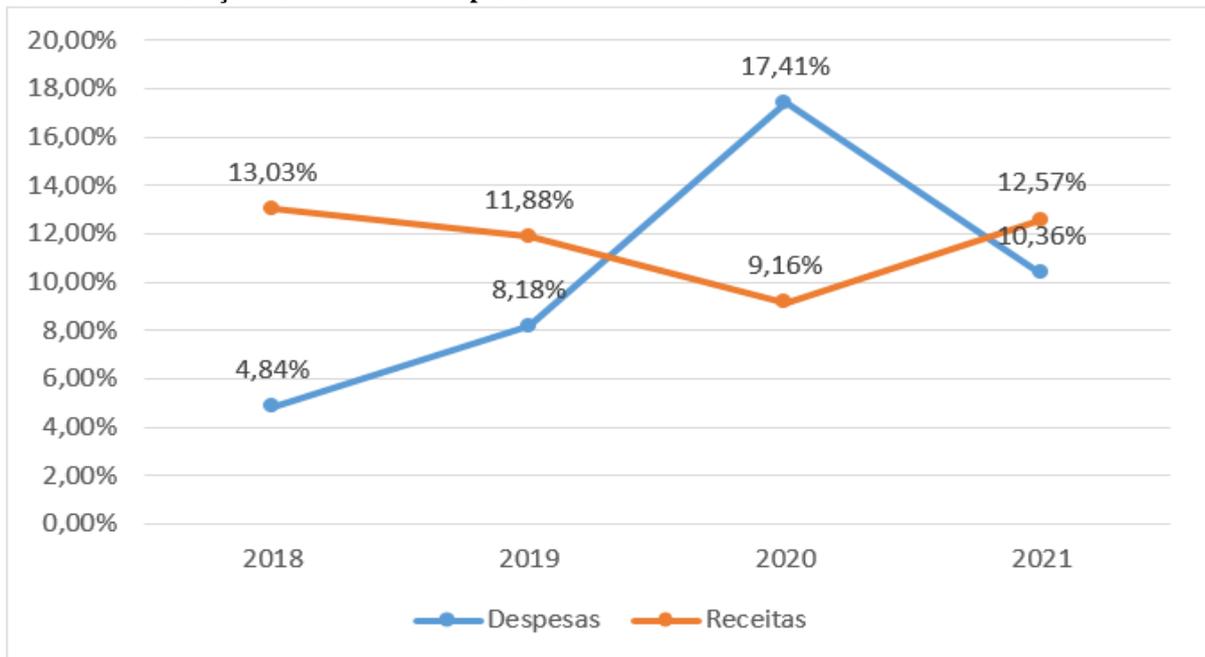
Com essa composição de municípios para serem analisados, foi possível identificar os resultados buscados neste estudo, o que serão apresentados na próxima seção.

5. RESULTADOS

Com o intuito de alcançar o objetivo deste estudo, foram considerados para análise a evolução das receitas e despesas totais, bem como a evolução da arrecadação do ISS, principal tributo municipal. O Gráfico 1 apresenta o comportamento das receitas e despesas durante o período analisado.

Os dados do Gráfico 1 evidenciam a evolução, entre 2018 e 2021, das receitas e despesas executadas pelas Prefeituras Municipais.

Gráfico 1 – Evolução das Receitas e Despesas Totais



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

Os resultados apresentados pelo Gráfico 1 mostram que nos dois anos anteriores a Pandemia, os municípios vinham tendo superávit orçamentário, ou seja, as receitas foram maiores do que as despesas, porém há uma evidente tendência de queda nas receitas que caíram de 13,03% para 11,88% de 2018 para 2019 e um aumento das despesas de 4,84% para 8,18% no mesmo período. Pode-se verificar que no primeiro ano de pandemia houve uma forte alta nas despesas das prefeituras e ao mesmo tempo uma queda expressiva nas receitas...

As despesas de 2020 foram de 17,41%, enquanto as receitas chegaram a apenas 9,16%, isso significa que neste ano houve um déficit orçamentário de 8,25%, ou seja, as despesas superaram as receitas e as prefeituras operaram no negativo, o que diverge do estudo realizado por Vieira et al (2022), que mostrou que no primeiro ano de pandemia houve um aumento nas receitas de transferências intergovernamentais nos municípios analisados pelos autores.

Já, ao fim do ano de 2021 a situação passou de um déficit para um superávit orçamentário, onde as receitas voltaram a ser maiores do que as despesas em 12,57% e 10,36% respectivamente. Isso mostra que ao fim do segundo ano de pandemia, as prefeituras analisadas conseguiram ajustar suas contas e passaram a desenvolver suas atividades num contexto superavitário.

A Tabela 2 analisa a variação das receitas orçamentárias das prefeituras dentro de dois períodos distintos: pré-pandemia e pandêmico.

Tabela 2 - Receita Orçamentária Realizada

Municípios	Período pré-pandemia			Período Pandêmico		
	2018	2019	Variação (%)	2020	2021	Variação (%)
Amparo	11.982.897,77	14.043.647,48	17,20%	16.475.586,90	17.323.473,89	5,15%
Assunção	15.348.974,76	15.758.790,63	2,67%	17.937.132,07	22.305.029,78	24,35%
Camalaú	17.418.357,73	20.043.860,24	15,07%	20.762.825,63	25.086.587,79	20,82%
Livramento	19.317.053,11	19.908.324,01	3,06%	21.685.210,97	24.970.494,49	15,15%
Parari	11.214.059,10	13.174.627,28	17,48%	15.897.938,86	15.880.969,91	-0,11%
São José dos Cordeiros	13.029.103,34	15.873.520,88	21,83%	15.097.277,75	17.799.450,49	17,90%

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

Podemos verificar que no período anterior a pandemia de covid-19 (2018-2019) as receitas orçamentárias tiveram uma variação positiva, fechando numa média de 12,89%. A prefeitura que teve um resultado melhor foi São José dos Cordeiros com uma variação de 21,83%, já a prefeitura de Assunção teve apenas 2,67% de aumento em suas receitas dentro do período analisado.

Cabe ressaltar que a prefeitura de São José dos Cordeiros na questão de volume de recursos foi a que acrescentou mais as suas receitas com um valor de R\$ 2.844.417,54 (dois milhões e oitocentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos). Na análise do período pandêmico (2020-2021) as receitas orçamentárias variaram positivamente em 13,88%, em relação ao período pré-pandemia houve um aumento percentual de 0,99%. Dentro deste período, a prefeitura de Parari teve uma queda de receita de 0,11%, enquanto Assunção que veio de um crescimento de receita inferior aos demais municípios no pré-pandemia, obteve o melhor resultado na variação no período pandêmico, com 24,35%, como também em valores de recursos aos seus cofres, no montante de R\$ 4.367.897,71 (quatro milhões e trezentos e sessenta e sete mil e oitocentos e noventa e sete reais e setenta e um centavos).

Outro dado importante que se pode extrair da Tabela 2 é que no período pré-pandêmico, as prefeituras tiveram em seus cofres um montante de receitas de R\$ 231.226.019,53 (duzentos e trinta e um milhões e duzentos e vinte e seis mil e dezenove reais e cinquenta e três centavos), um valor de recursos considerável que os gestores tiveram a sua disposição para a manutenção das atividades oferecidas a população de seus respectivos municípios.

A Tabela 3 apresenta os dados relativos as despesas orçamentárias realizadas no período de 2018 a 2021, também divididos em pré-pandemia e pandêmico.

Tabela 3 - Despesa Orçamentária Realizada

Municípios	Período pré-pandemia			Período Pandêmico		
	2018	2019	Variação (%)	2020	2021	Variação (%)
Amparo	12.197.272,07	13.491.655,70	10,61%	14.258.683,33	18.242.008,03	27,94%
Assunção	14.654.164,37	15.895.442,90	8,47%	17.275.576,71	22.856.857,28	32,31%
Camalaú	17.778.667,73	18.193.630,55	2,33%	20.930.235,82	23.671.507,28	13,10%
Livramento	17.727.346,12	19.652.499,10	10,86%	22.847.393,76	25.422.720,24	11,27%
Parari	11.858.914,73	12.727.112,87	7,32%	17.508.567,36	13.854.343,62	-20,87%
São José dos Cordeiros	12.507.955,79	13.860.511,27	10,81%	17.334.752,60	17.515.113,75	1,04%

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

A Tabela 3 mostra que dentro do período pré-pandemia (2018-2019) as despesas variaram em média 8,40%, vale ressaltar que neste período as prefeituras operavam em superávit orçamentário. Podemos verificar que três prefeituras tiveram uma variação acima dos 10%, são elas, Livramento, São José dos Cordeiros e Amparo. Já Camalaú conseguiu ter uma menor variação no montante das despesas, variando 2,33%.

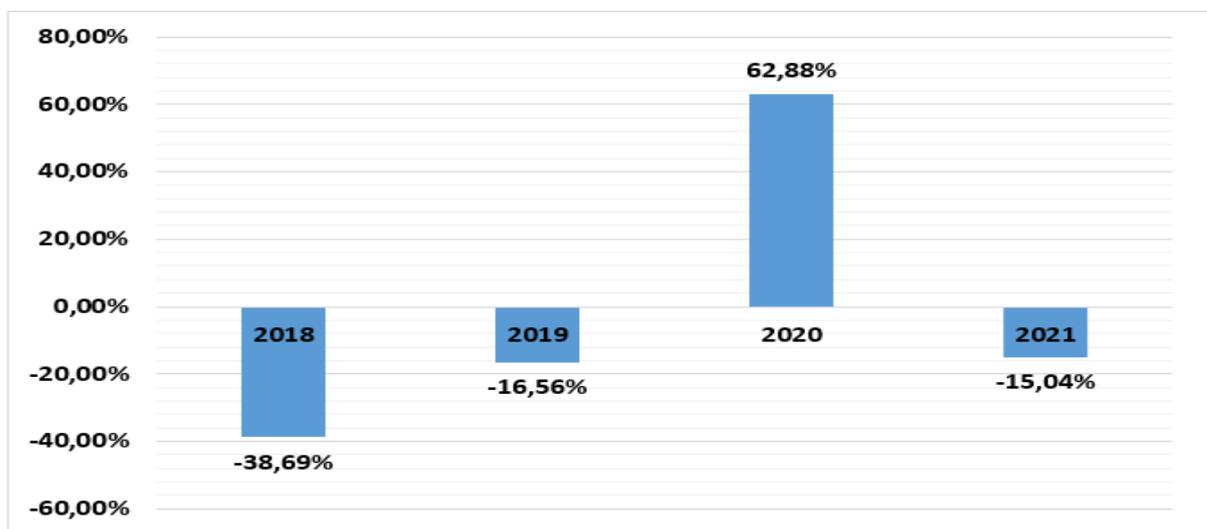
Em montante de recursos, a prefeitura de Livramento teve o maior aumento de despesas no período pré-pandemia, no valor de R\$ 1.925.152,98 (um milhão e novecentos e vinte e cinco mil e cento e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos) e Camalaú obteve a menor variação em valores, com um montante de R\$ 414.962,82 (quatrocentos e quatorze mil e novecentos e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos). Passando para análise dos dados do período pandêmico, podemos verificar que entre 2020 e 2021, as despesas variaram em média 10,80%, ou seja, 2,40% a mais do que no período anterior a chegada da pandemia.

A Prefeitura de Parari conseguiu, nesse contexto de pandemia, reduzir suas despesas em 20,87%, sendo a única a obter uma redução nesse quesito, por outro lado, a prefeitura de Assunção foi a que mais prejudicou suas contas, uma vez que, foi a que superou as demais em aumento de despesa, chegando a variação no período pandêmico de 27,94%. Em valores, Assunção teve a maior variação de despesas com um aumento de R\$ 5.581.280,57 (cinco milhões e quinhentos e oitenta e um mil e duzentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos), já Parari, conseguiu reduzir suas despesas no mesmo período em R\$ 3.654.223,74 (três milhões e seiscentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e vinte e três reais e setenta e quatro centavos).

Dentro do período pandêmico as prefeituras tiveram de despesas um total de R\$ 231.719.779,78 (duzentos e trinta e um milhões e setecentos e dezenove mil e setecentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos). Outra análise que podemos fazer é que houve um déficit orçamentário de R\$ 493.760,25 (quatrocentos e noventa e três mil e setecentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos), entre 2020 e 2021, isso significa que no período pandêmico, as despesas superaram as receitas, mesmo que ao final de 2021, a situação tenha se revertido em um superávit como demonstrado no Gráfico 1.

Como a pandemia afetou a economia de todo país, com o fechamento de comércios e interrupção de serviços, o que afetou diretamente a arrecadação do ISS, principal tributo municipal, este estudo buscou verificar a variação deste entre 2018 e 2021. O gráfico 2 traz a evolução da arrecadação de ISS nos quatro anos analisados.

Gráfico 2 – Evolução da Arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

Pode-se verificar que o ISS das prefeituras em estudo vinha de uma queda de arrecadação de 38,69% em 2018, uma situação diminuição dessa receita própria tão importante. Passando para 2019, houve uma recuperação e a arrecadação caiu para 16,56%, resultado superior ao atingido no ano anterior. Já em 2020, ano em que a Pandemia forçou uma forte parada da economia, o ISS cresceu 62,88%, onde as prefeituras conseguiram arrecadar um montante de recursos desde tributo maior que nos anos anteriores, no último ano, a arrecadação caiu em 15,04%, mesmo assim um recuo menor que nos dois primeiros anos analisados. Verificando todo o período analisado, o ISS oscilou positivamente em 15,47%, mostrando que mesmo durante a pandemia as prefeituras conseguiram manter a arrecadação desse recurso próprio para reforço de seus caixas.

A Tabela 4, analisa mais a fundo a evolução da arrecadação do ISS.

Tabela 4 - Arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

Municípios	2018	2019	2020	2021
Amparo	44.828,40	48.551,43	39.261,93	27.415,24
Assunção	93.568,51	101.089,03	222.265,71	217.275,74
Camalaú	374.450,68	157.181,37	206.671,84	171.339,03
Livramento	105.097,22	150.469,38	188.325,11	201.558,08
Parari	67.468,54	86.296,89	143.576,35	70.815,50
São José dos Cordeiros	69.099,40	85.967,00	225.343,44	182.823,93
Total	754.512,75	629.555,10	1.025.444,38	871.227,52

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

Entre 2018 e 2019 as prefeituras arrecadaram uma quantia de R\$ 1.384.067,85 (um milhão e trezentos e oitenta e quatro mil e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), já de 2020 a 2021, período pandêmico, esse valor passou para R\$ 1.896.671,90 (um milhão e oitocentos e noventa e seis mil e seiscentos e setenta e um reais e noventa centavos), isso significa que nos dois anos de pandemia analisados, as prefeituras conseguiram arrecadar a mais uma soma de ISS de R\$ 512.604,05 (quinhentos e doze mil e seiscentos e quatro reais e cinco centavos), um dado importante, visto que, várias atividades econômicas estavam fechadas total ou parcialmente, por força de decretos que impôs o isolamento social. Embora tenha existido esse aumento de arrecadação de ISS em 2020, quando comparado aos demais anos analisados, tal resultado não foi significativo quando analisado com o total das receitas no mesmo ano, correspondendo a 0,95%, o que corrobora com o estudo de Antunes (2021), que de que o impacto em 2020 não foi significativo nas finanças públicas.

Nesse período de pandemia, a prefeitura que teve um melhor desempenho na arrecadação de ISS foi Assunção, com um montante de R\$ 439.541,45 (quatrocentos e trinta e nove mil e quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos) e a que menos arrecadou entre 2020 e 2021 foi Amparo, com um valor de ISS de R\$ 66.677,17 (sessenta e seis mil e seiscentos e setenta e sete reais e dezessete centavos). Na média, dentro do período de pandemia, ou seja, 2020 e 2021, as prefeituras arrecadaram R\$ 316.111,98 (trezentos e dezesseis mil e cento e onze reais e noventa e oito centavos), sendo Assunção, São José dos Cordeiros e Livramento as três que mais arrecadaram e Amparo a que teve menor desempenho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as receitas e despesas das prefeituras do Cariri Ocidental no contexto pré e pandêmico.

Por meio da análise da evolução das receitas e despesas executadas pelas prefeituras, divididas em dois períodos, quais sejam, pré-pandemia e pandêmico, foi possível verificar que nos dois anos antes que antecederam a pandemia, as prefeituras municipais vinham operando em superávit orçamentário, ou seja, suas receitas superavam as despesas, embora dentro desse recorte de tempo houve uma projeção de queda das receitas e aumento das despesas. No período seguinte, ou seja, onde a pandemia de covid-19 havia chegado, os municípios analisados tiveram que operar num contexto de déficit orçamentário, isso quer dizer que suas despesas superaram as receitas. Pode-se verificar também que ao término do ano de 2021, as receitas voltam a ser maiores que as despesas, e dessa forma as prefeituras passaram mais uma vez a operar no azul.

No que se refere a evolução das receitas orçamentárias no período, houve um aumento percentual de 0,99% do período pré-pandemia para o pandêmico, isso significa que os cofres das prefeituras tiveram um aporte maior de recursos para fortalecimento do combate a pandemia de covid-19. Dentro deste contexto, a prefeitura de Assunção teve o maior aporte de recursos entre 2020 e 2021, com uma variação de 24,35% de aumento de receitas totais, já a cidade que puxou a média para baixo foi Parari, com uma queda de receitas de 0,11%.

As despesas orçamentárias variaram 2,40% entre os períodos pré-pandemia e pandêmico, tal variação mostrou que as prefeituras dentro do período pandêmico estavam desenvolvendo suas atividades num cenário de déficit orçamentário. As despesas foram maiores que receitas entre 2020 e 2021, numa média de 10,80% nas prefeituras analisadas. A prefeitura que teve maior percentual de despesas em relação as demais foi a de Assunção, com 27,94%, vale ressaltar que esta prefeitura também foi a que teve maior aporte de receitas. Já a prefeitura que conseguiu reduzir as despesas nesse período foi Parari em 20,87%. Entre 2020 e 2021, anos em que a pandemia estava afetando a economia, houve um déficit orçamentário de R\$ 493.760,25 (quatrocentos e noventa e três mil e setecentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos), que foi revertido ao final de 2021, último ano analisado, passando para um superávit.

Outro ponto analisado neste estudo foi a evolução do ISS, imposto de maior arrecadação nas prefeituras, dentro do período de 2018 a 2021. Os resultados mostraram que a arrecadação desse imposto vinha de uma queda de 38,69% em 2018 e ao fim de 2021 teve outra redução de 15,04%. No que se refere a evolução dentro do período dos quatro anos analisados, o ISS vinha numa trajetória de ascensão, principalmente de 2019 para 2020, o imposto oscilou positivamente em 62,88%, um resultado positivo, justamente por ter sido o ano em que a pandemia havia começado e as atividades econômicas foram prejudicadas pelo isolamento social, mesmo assim as prefeituras conseguiram uma forte arrecadação desde imposto, já entre 2020 e 2021, ele voltou a oscilar negativamente em 15,04%. Mesmo com essa queda ao final do período, as prefeituras conseguiram uma variação positiva de 2018 para 2021 de 15,47%, mostrando que mesmo durante a pandemia as prefeituras conseguiram manter esse recurso para enfrentamento de suas despesas. Dentro do período de pandemia, 2020 e 2021, as prefeituras arrecadaram em média R\$ 316.111,98 (trezentos e dezesseis mil e cento e onze reais e noventa e oito centavos), sendo Assunção, São José dos Cordeiros e Livramento as três que mais arrecadaram e Amparo a que teve o menor valor de arrecadação.

Conclui-se que no que concerne a execução orçamentária das prefeituras da Microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba com menos de dez mil habitantes tende a operar em déficit orçamentário em períodos de crise econômica.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C. Federalismo e Políticas Públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: Maria Fátima Infante Araujo; Ligia Beira. (Org.) Tópicos de economia paulista para gestores públicos. 1 ed. São Paulo: FUNDAP, 2007.

AGENCIA SENADO. Superávit primário. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit#:~:text=Super%C3%A1vit%20prim%C3%A1rio%20%C3%A9%20o%20resultado,constituem%20o%20%22resultado%20prim%C3%A1rio%22>>. Acesso em 25 nov. 2022.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 9. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

ANDRÉ, A. B. R. D. S. Análise do impacto da pandemia provocada pela Covid-19 na sustentabilidade financeira dos municípios do Rio Grande do Norte. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

ANTUNES, C. M. Impacto da pandemia da COVID-19 nas finanças públicas: análise da arrecadação do ISSQN nos municípios catarinenses. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, 2021.

BARRETO, C. Coronavírus: tudo o que você precisa saber sobre a nova pandemia. Portal PEBMED. Publicado em: 07/05/2020. Disponível em: <<https://pebmed.com.br/coronavirus-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-nova-pandemia/>> Acesso em 09 de dez. 2022.

BEUREN, Ilse Maria et al. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 14 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.172/1966. Código Tributário Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 14 nov. 2022.

BRONZATI, A. Grandes bancos reservam 21,7 bilhões para enfrentar o aumento dos calotes com a corona vírus. Estadão. Publicado em: 05/05/2020. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,lucro-de-itau-bradesco-e-santander-encolhe-mais-de-r-5-bi-no-1-trimestre-com-a-covid-19,70003292620>> Acesso em 09 dez. 2022.

GALLO, F. Programa de concessão de rodovias em São Paulo e novos agentes econômicos do período contemporâneo. Uma leitura geográfica do planejamento governamental e dos repasses de ISSQN aos pequenos municípios. **Caminhos de Geografia**, 21(77), 165-179. 2020.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

- GONÇALVES, André L. Os efeitos das transferências fiscais sobre as despesas públicas e arrecadação tributária dos municípios brasileiros. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 15, n. 28, p. 17-27, 2013.
- GUEDES, T.A.; ACORSI, C.R.L.; MARTINS, A.B.T.; JANEIRO, V. Projeto de Ensino: Aprender Fazendo Estatística. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/136689180/Estatistica-Descritiva-1>>. Acesso em 27 out. 2022.
- LIMA, A. V; FREITAS, E. D. A. A pandemia e os impactos na economia brasileira. **Boletim Economia Empírica**, 1(4). 2020.
- MARCONATO, M; PARRÉ, J. L; COELHO, M. H. Dinâmica financeira dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 55, 2021.
- MARCONI, Marina de Almeida; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MASSARDI, Wellington de O.; ABRANTES, Luiz A. Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. **Revista de Gestão**, v. 22, n. 3, p. 295-313, jul./set. 2015.
- MELLO, Diogo L. O governo municipal brasileiro: uma visão comparativa com outros países. **Rev. Adm. Pública**, v. 27, n. 4, p. 36-53, 1993.
- NIEBUHR, J. M. Regime emergencial de contratação pública para o enfrentamento à pandemia de COVID-19. Belo Horizonte, Fórum, 2020.
- OLIVEIRA, G. C.. Reflexo da pandemia da covid-19 nas contas públicas da prefeitura de Cabaceiras do Paraguaçu-BA..Disponível em: < <https://famam.com.br/wp-content/uploads/2020/05/REUNIAO-CIENTIFICA.pdf>> Acesso em 14 nov. 2022.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/lang--es/index.htm>>. Acesso em: 09 dez. 2022.
- OPAS. Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 09 dez. 2022.
- POMPERMAIER, C. R. F. Administração Tributária nos Municípios: A carreira do auditor tributário municipal e a legitimidade do crédito tributário. Disponível em: <<http://www.affazerp.com.br/attachments/article/396/CLEIDE%20R%20F%20POMPERMAIER%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Tribut%C3%A1ria%20e%20a%20Legitimidade%20do%20Cr%C3%A9dito.pdf>> Acesso em 14 nov. 2022.
- POSTALI, Fernando; ROCHA, Fabiana. Federalismo fiscal enquanto esquema de seguro regional: uma avaliação do caso brasileiro. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 33, n. 3, p. 573-595, 2003.

SOUZA, Celina; BLUMM, Márcia. Autonomia política local: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, p. 51-67, 1999.

TEDESCO, F. Gestão fiscal municipal e enfrentamento a pandemia do Covid-19: um estudo de caso no município de Serafina Corrêa/RS. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis). Curso de Ciências Contábeis. Universidade de Passo Fundo, Casca, 2021.

TORRENTE, A. Quando as coisas voltarem a andar: quais os setores mais e menos afetados na economia. Publicado em: 15/04/2020. Disponível em:<
<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/economia-apos-coronavirus-setores-ganham-perdem/>> Acesso em: 09 dez. 2022.

VASCONCELOS, R. C. M. O Sistema Tributário Brasileiro e suas perspectivas face à iminente reforma tributária (Doctoral dissertation), 2001.

VERSIANI, E. M. Os desafios na implementação da gestão do conhecimento entre esferas governamentais: uma análise a partir de estratégias adotadas no enfrentamento à pandemia de COVID-19. Trabalho de Conclusão de Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2021.

VIANA, R. L; Costa, A. V. Administração Tributária Municipal. ID on line. **Revista de psicologia**, 13(43), 1028-1042, 2019.

VIEIRA, N. S; SILVA, E. E; SILVA, F. A. G. H; SÁ, A. A. C. S. Reflexos da pandemia da covid-19 nas finanças públicas de pequenos municípios dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, Estado de Minas Gerais. **Gestão Contemporânea**. v. 12, n. 1, 2022.

SENDIM, C. T; FURRIEL, T. F. S; RORIZ, A. B. S. A gestão de suprimentos na administração pública diante a pandemia do novo coronavírus. **Gestão & Saúde**. v. 11, n. 3, 2020.